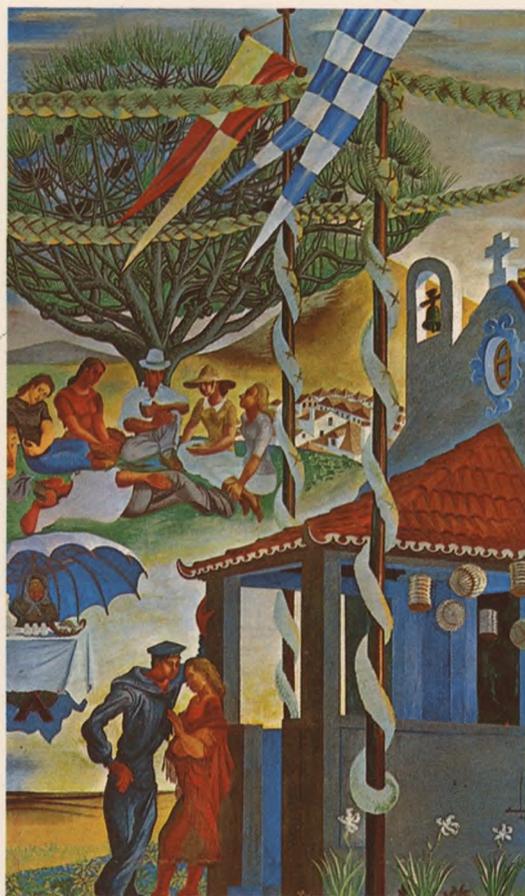


O SAGRADO E O PROFANO

HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1987

A PLURIDIMENSIONALIDADE PSICOLÓGICA DA MORTE **

1. CIENTIFICIDADE E POTENCIALIDADE PROBLEM ATIZAD ORA

A Psicologia é a ciência do comportamento das organizações ou dos organismos *vivos*. Por isso, enquanto tal, pouco relevo tem dado à problemática que a realidade quotidiana da morte suscita.

E se é certo que o conceito de comportamento não[^] é unívoco, dando, pelo contrário, oportunidade ao confronto entre teorias diferenciadas e, por vezes, até antagónicas, não é menos verdade que *tanto os behavioristas e neo-behavioristas estritos*, para os quais o comportamento constitui fundamentalmente uma variável dependente das contingências dos estímulos, *como os behavioristas subjectivos e cognitivistas*, para os quais o comportamento depende não tanto das contingências do meio externo como da sua interacção com o sujeito que se comporta, e que nesse comportamento se revela intrinsecamente activo e selectivo, não é menos verdade, dizia, que tanto os primeiros como os segundos não largam mão de critérios epistemológicos com que procuram garantir o carácter científico das explicações que propõem e das provas experimentais com que as defendem.

Entre esses critérios-base da ciência está o da *testabilidade*, também conhecido frequentemente por princípio ou critério de *falsificabilidade*, explicitado por Karl Popper, um dos mais influentes mestres do pensamento epistemológico contemporâneo. Porém, por testabilidade não deve entender-se

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

** Comunicação apresentada ao Colóquio «A morte vista por», realizado na Fundação Calouste Gulbenkian nos dias 28 e 29 de Janeiro de 1982.

apenas a submissão de um argumento ou formulação teórica a prova experimental donde saia a sua confirmação ou rejeição. O critério de testabilidade é mais exigente, na medida em que requer que a prova experimental seja organizada de modo a permitir a *decisão* ou a *escolha* fundamentada entre duas ou várias hipóteses teóricas alternativas ou concorrentes à explicação de um fenómeno ou conjunto de fenómenos do mundo real.

Ora tal escolha só será possível se as condições experimentais oferecerem às hipóteses em confronto idênticas *chances* ou possibilidades de revelarem a sua veracidade, se acaso forem verídicas, mas também e simultaneamente de revelarem a sua falsidade, se porventura forem falsas. Esta condição experimental de *teste* da falsificabilidade foi durante bastante tempo descurada, o que originou que muitas construções teóricas se considerassem experimentalmente apoiadas a partir de resultados de pesquisas que apenas favoreciam a sua confirmação, desprezando condições em que a falsificabilidade deveria igualmente ser submetida a prova. Por conseguinte, para que uma determinada hipótese teórica seja empiricamente testada, não basta que os resultados da pesquisa se lhe mostrem favoráveis apenas numa condição experimental; torna-se imprescindível que eles se revelem igualmente favoráveis na condição experimental que testa a possibilidade de ela se revelar falsa. Só após a passagem por esta «prova de resistência» é que se poderá fundar a escolha entre concepções teóricas em confronto ⁽¹⁾.

O critério ou princípio metodológico da testabilidade apela, em suma, para a organização de experiências ditas *cruciais*.

A demora neste tópico epistemológico nuclear ou radical não foi propositadamente feita para referir que certas formulações teóricas do behaviorismo estrito, por um lado, e do behaviorismo subjectivo, por outro, foram já submetidas a provas experimentais que, satisfazendo o critério popperiano da testabilidade, deram vantagens às formulações do segundo ⁽²⁾. A demora teve prioritariamente a intenção de pôr em

(1) Cf. K. R. Popper, *The logic of scientific discovery*, London, Hutchinson, 1974; *Conjectures and refutations. The growth of scientific knowledge*, London, Rinehart, 1974.

(2) A título meramente ilustrativo, confronte in H. Harlow, «The nature of love», *American Psychologist*, 13, 1958, pp. 673-685 a refutação da concepção behaviorista da natureza aprendida ou secundária das necessidades sociais ou, mais especificamente, da necessidade de ligação afectiva, e in M. V. Abreu, *Tarefa fechada e tarefa*

A Pluridimensionalidade Psicológica da Morte

relevo que a reflexão epistemológica de Popper, ao insistir numa exigência de rigor, não nega todavia *valor heurístico*, em ciência, às hipóteses e modelos teóricos que, pela natureza dos fenómenos que pretendem explicar, não se encontram ainda formuladas em condições de facilmente se submeterem ao critério da testabilidade. Estão nesta situação muitas formulações teóricas da Sociologia, da Economia, da Politologia — como é, por exemplo, o caso, referido pelo próprio Popper, do Marxismo dito «Científico» — e de outras ciências do Homem, como a Psicanálise, igualmente citada por Popper.

Contudo, as dificuldades de operacionalização, e consequentemente de testabilidade, não justificam que as *sugestões* ou as *intuições* que tais *construções teóricas* comportam e veiculam sejam negligenciadas e tidas como insignificantes ou sem qualquer valor científico ⁽³⁾. Pelo contrário elas mobilizam a actividade clarificadora ou *luciferina* da razão — para utilizar uma expressão cara a Sílvio Lima, meu primeiro mestre * ⁵

aberta. Motivação, aprendizagem e execução selectivas, Coimbra, Alameda, 1978, o confronto experimental entre concepções antagónicas de aprendizagem: as concepções conexionistas que pretendem explicá-la como um processo de aquisição de conexões S-R (estímulo-resposta), por efeito reforçador directo e automático das 'recompensas* extrínsecas, e as concepções cognitivistas que a consideram como um processo de organização perceptivo-mnésica de informações úteis em função das condições de motivação intrínseca.

⁽³⁾ Cf. K. R. Popper, *Conjectures and refutations*, London, 1974, nomeadamente pp. 33-39. Para ilustração imediata, transcrevemos as seguintes citações:

«The two psycho-analytic theories (Freud's and Adler's) Were simply non-testable, irrefutable. There was no conceivable human behaviour which could contradict them. This does not mean that Freud and Adler were not seeing certain things correctly: I personally do not doubt that much of what they say is of considerable importance, and may well play its part one day in a psychological science which is testable. But it does mean that those 'clinical observations' which analysts naively believe confirm their theory cannot do this any more than the daily confirmations which astrologers find in their practice. And as for Freud's epic of the Ego, the Super-ego, and the Id, no substantially stronger claim to scientific status can be made for in than for Homer's collected stories from Olympus. These theories describe some facts, but in the manner of myths. They contain most interesting psychological suggestions, but not in a testable form.

At the same time I realized that such myths may be developed, and become testable; that historically speaking all — or very nearly all — scientific theories originate from myths, and that a myth may contain important anticipations of scientific theories».

E mais adiante:

«I thus felt that if a theory is found to be non-scientific, or 'metaphysical' (as we might say), it is not thereby found to be unimportant, or insignificant, or 'meaningless', or 'nonsensical'».

O Sagrado e o Profano

de Psicologia na Universidade de Coimbra. Tal como acontece, de resto, com os mitos, com os grandes Poetas e Trágicos clássicos e modernos, de Esquilo e Sófocles a Shakespeare, em que Freud se inspirou e procurou apoio em tópicos fundamentais da sua construção teórica.

E aqui chegamos onde pretendíamos.

A tentativa ou o ensaio de formular, situar e esclarecer, à luz de um determinado contexto teórico, um certo número de reflexões sobre a morte não é, de modo algum, *ceder* perante a moda de uma mentalidade romântica, mais ou menos decadentista, própria dos fins do século, nem muito menos postergar os critérios epistemológicos fundamentais do pensamento científico.

A morte é uma realidade irrecusável, os problemas que ela suscita determinam o comportamento dos homens, dinamizam a sua cultura e os seus valores, influenciam as suas atitudes e expectativas, modelam o seu modo de ser, de parecer e de estar no mundo. Negar estes aspectos do real, em nome de concepções epistemológicas, parcialmente, pelo menos, ultrapassadas, que negligenciam o dinamismo *vivo* da própria actividade científica, significaria o anquilosamento ou a clausura concentracionária do pensamento, a recusa ou *recalcamento* da realidade por via da «racionalização», mas não em favor da Razão.

Sendo assim, podemos estar *tranquilos*, a falar, *tranquilamente*, da morte.

E podemos estar tranquilos, porque ao fazê-lo estamos, por certo, heurísticamente a contribuir para o avanço do pensamento científico face a uma realidade problemática, sobre a qual, de resto, todo o homem curiosamente se questiona, com maior ou menor insistência e profundidade reflexivas, a partir da visão e dos afectos que a morte dos outros lhe suscitam ou a partir, por via de tais experiências, da *projectão* da previsão da morte própria num tempo indeterminado e incerto, mas com perfil certo no horizonte.

2. A NATUREZA RELACIONAL DO PSICOLÓGICO OU A DIMENSÃO «MUNDANA» DA INTERIORIDADE

Uma primeira incursão heurística ou tentativa de esclarecimento de uma dimensão relevante da problemática com que a morte nos confronta parte da concepção dinâmico-relacional do comportamento ou da personalidade por oposição às concepções individualistas ou individualizantes. No con-

A Pluridimensionalidade Psicológica da Morte

texto teórico da concepção dinâmico-relacional, a personalidade é constituída pelo tecido de relações recíprocas entre o organismo e as situações de vida ou entre o *Eu* e o *mundo*, mundo significativo de objectos e, sobretudo, de pessoas. Só a partir desta contextura relacional, deste complexo sistema de relações, se poderá compreender o comportamento personalizado, o seu desenvolvimento e as vicissitudes a que este último está sujeito. Para o funcionamento da personalidade e para o desenvolvimento das potencialidades inscritas no «código genético» ou no «património hereditário» não basta o simples crescimento do organismo, não bastam os «processos naturais» de *maturação*; para que esse desenvolvimento seja possível torna-se indispensável um conjunto de trocas recíprocas ou um sistema de interacção do organismo com o mundo próprio, o «umwelt», ou com o *campo psicológico* em que se insere (4).

O indivíduo *isolado* não se cria nem se desenvolve como Homem. Poderá subsistir ou sobreviver biologicamente, mas o seu funcionamento não deixará de apresentar deficiências e o desenvolvimento das suas potencialidades ficará irremediavelmente atrofiado, como o provam os casos fidedignos das chamadas *crianças selvagens*.

Do ponto de vista biofisiológico, nascemos incompletos ou inacabados e necessitamos de relações significativas, de contacto íntimo com os outros, tanto ou mais do que precisamos de cuidados físicos ou de alimento, como provam, por exemplo, as observações sistemáticas de René Spitz e de Bowlby acerca dos efeitos negativos provocados pelas carências afectivas, totais ou parciais, no desenvolvimento psicológico global no decurso dos primeiros anos de vida, e como demonstram ainda, de forma crucial, os resultados das experiências laboratoriais de Harlow sobre «a natureza do amor» (5).

(4) Acerca da concepção dinâmico-relacional do comportamento e da personalidade, cf. J. Nuttin, *La structure de la personnalité*, Paris, P.U.F., 31971; *Théorie de la motivation humaine*, Paris, P.U.F., 1981. Sobre a oposição entre a concepção dinâmico-relacional e as concepções individualistas e individualizantes da personalidade, cf. M. V. Abreu, «Desenvolvimento da personalidade e motivação», *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XIV, 1980, pp. 159-193.

(5) Cf. R. Spitz, *La première année de la vie de l'enfant*, Paris, P.U.F., 21963; J. Bowlby, *Child care and the growth of love*, London, Penguin, 1965 e *Attachment and loss*, London, The Hogarth Press, 1969-1973; H. Harlow, *oh. cit.*, in nt. 2 e «Love created, love destroyed,

A nossa incompletude natural ou inacabamento biológico exige o completamento pela cultura, veiculada e corporizada pelo sistema de relações inter-subjectivas indispensáveis à constituição substantiva e ao desenvolvimento da personalidade como *estrutura unitária eu-mundo*. Nesta medida é que se pode afirmar que o «homem interior» ou a «interioridade» é constituída fundamentalmente pela memória dos acontecimentos vividos, do significado ou sentido com que o foram, das relações inter-subjectivas constituintes da *história pessoal* de cada um, *história* pessoal que a, sempre, *interpessoal*, entrecida sempre pela interação com o mundo, em que as aproximações e os afastamentos, os encontros e os desencontros, as ligações e as desligações entre as pessoas assumem papel e significado privilegiados.

Por sermos assim constituídos é que a morte de uma pessoa significativa da nossa história interpessoal nos comove ou envolve emocionalmente tanto.

Porque sofremos com a morte de um ente querido? Porque a choramos? Porque nos sentimos mais pobres ou vazios ou mutilados?

Obviamente, porque perdemos alguém a que estávamos afectivamente ligados, com quem mantínhamos relações íntimas e significativas de que necessitávamos e de que, doravante, nos sentimos privados. Mas não só por isso. Sofremos e choramos também por nós próprios, porque a morte de alguém querido representa ou envolve também a morte de uma parte da nossa própria vida. Choramos, sem dúvida, a morte da pessoa querida, mas temos igualmente pena de nós, porque o seu desaparecimento constitui também o desaparecimento de uma parte da nossa história pessoal — a que se relacionava com a pessoa morta — e que, desde então, só a memória pode imaginariamente reconstituir. (E é um dado de observação comum que a morte de alguém constitui elemento suscitador ou activador da memória dos seus familiares e amigos, que nos dias imediatos à morte relatam episódios, acontecimentos próximos ou distantes de que a pessoa morta

love regained» in *Modèles animaux du comportement humain, Colloques Internationaux du C.N.R.S., Paris, 1972, pp. 13-59.*

Acerca da problemática das «crianças selvagens», cf. A. Anastasi, *Differential Psychology*, New York, MacMillan, 1963 e L. Maison, *Les enfants sauvages: mythe et réalité*, Paris, U. G. Éditions, 1964 (tr. port., Porto, Liv. Civilização Ed., 1967).

Sobre a convergência das investigações acima referidas e respectivas implicações teóricas, cf. R. Zazzo, *L'Attachement*, Newchâtel, Delachaux et Niestlé, 1974, e M. V. Abreu, *oh. cit.*, in nt. 4.

A Pluridimensionalidade Psicológica da Morte

foi protagonista principal ou interveniente). Mas a reconstituição mnésica não preenche totalmente a *lacuna* que a morte instaurou no sistema de relações interpessoais. Há que operar ou proceder a uma remodelação desse sistema relacional ou a uma reelaboração do *sentido* de continuar a *con-viver* ou simplesmente a *estar no mundo*.

Muito provavelmente a compreensão da depressão e do luto terá algo a ver com o que fica dito acerca da perda *presente* com repercussões na reconstituição mnésica do *passado*, e na eventual «perda» de horizonte *futuro* e retomada da sua construção.

Por outro lado, do ponto de vista biológico, a morte é individual: quando uma pessoa morre, biofisiologicamente, é só ela que cessa de viver. Neste sentido, podemos dizer aue morremos sós, isolados, mesmo que à nossa volta tenhamos a companhia ou a presença de pessoas queridas.

Do ponto de vista psicológico, porém, com a morte de alguém outras mortes ocorrem, mortes de outras pessoas já mortas, que a memória da primeira mantinha vivas, e mortes também de pessoas vivas. Quando uma pessoa querida nos morre, somos nós que morremos também para ela. E sofremos por isso e por isso também choramos.

Já não podemos mais dizer-lhe o que gostaríamos ainda de lhe comunicar e que nunca lhe foi dito, nem podemos mais manifestar-lhe o afecto que, afinal poderíamos ainda dar-lhe e que não foi suficientemente expresso ou manifesto. E por isso nos arrependemos e nos culpabilizamos. Daqui o remorso, a culpa e o desejo de reparação! E desejaríamos — ou desejamos — um reencontro, uma nova oportunidade. E o desejo de tal reencontro ou religação é gerador de uma tensão persistente de completamento que se prolonga no tempo, dinamiza a imaginação, está na base da esperança e da actividade projectiva e cultural. O *culto* dos mortos tem aqui, provavelmente, a sua raiz psicológica vivificadora. E a recusa da morte, as resistências e dificuldades da sua aceitação residem, em grande parte, na repugnância em aceitar que alguém cuja «natureza» se desenvolveu pela cultura se reduza, pela morte, a um simples objecto «natural».

3. ESTRUTURAS INTERPESSOAIS CONSTITUINTES DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL

A segunda incursão ou tentativa heurística de esclarecimento de uma outra dimensão psicológica da morte decorre ainda da primeira.

Se, na perspectiva relacional da personalidade, a história pessoal de cada um é fundamentalmente a história das relações inter-subjectivas constituintes, das suas vicissitudes, das circunstâncias determinantes da sua concretização real e do sentido ou significado com que foram vividas e que cada um lhes atribui, não é menos certo que, na *variedade multiforme* ou mesmo na *unicidade* de cada história pessoal, podemos identificar dinamismos, vectores e estruturas *comuns*, e, no fluxo do seu desenvolvimento, «isolar» ou diferenciar *situações estruturais invariantes*, estádios ou «momentos históricos» de maior densidade constitutiva, descritos ou analisados pelos psicólogos do desenvolvimento e pelos psicanalistas.

Antes deles, porém, o esclarecimento ou a interpretação do sentido de algumas dessas situações estruturantes fora já *ensaiada* pelo pensamento mítico, nomeadamente através das «histórias» de Narciso e de Édipo, onde as estruturas ou sistemas de relações interpessoais e as vicissitudes da sua concretização desempenham um papel crucial na *diferenciação do destino* do desenvolvimento pessoal. Mas onde também não é difícil reconhecer a dimensão constituinte e invariante do *devir histórico* de cada homem, universalmente pontuado pelo fluxo ou pelo ciclo das ligações, separações e religações constitutivas.

3.1. *A estrutura interpessoal do narcisismo*

Nascemos de uma ligação interpessoal ou de uma relação intersubjectiva íntima e fecundante, e o nascimento constitui a primeira *desligação*, separação ou «sexionamento» originário. Somos, por isso, sexuados desde a nascença. Mas a incompletude biofisiológica ou o inacabamento natural requer ou exige o estabelecimento de uma *ligação* constituinte, de certo diferente da que caracterizou o tempo de gestação. No entanto, a ligação ou o vínculo mãe-filho prolonga ainda características simbióticas da ligação primitiva, e a grande diferença advém da discontinuidade espacial e da introdução da *ordem do tempo*, originada pelo afastamento ou pela ausência temporária, mais ou menos prolongada, da figura da mãe. Condição da constituição progressiva do tempo psicológico, da mobilidade e do trânsito, o fluxo rítmico do afastamento e da aproximação, da ausência e da presença, é também, e sobretudo, condição geradora do Desejo. Desejo de manter o vínculo inicial ou a ligação originária, anuladora das diferenças, da separação ou do sexo. Desejo de restabelecer a fusão oceâ-

nica, a união completa, absoluta, perfeita e, por conseguinte, *não-partilhada*.

E se a aceitação da *ordem do tempo* exige a assunção do *trânsito* e da *marcha* no sentido de um distanciamento progressivo, a aceitação da *ordem ou lei cultural da partilha* do Amor Absoluto exige o confronto, primeiro, e a superação, depois, dos riscos da agressividade, do desejo de morte ou do desaparecimento daqueles que partilham o Amor da pessoa amada — seja o Pai, a própria Mãe ou os irmãos.

Os perigos ou os riscos — sentidos, pressentidos ou previstos — da agressividade ou do desejo de matar para poder ser único a possuir e a ser possuído, a amar e a ser amado pela pessoa-objecto de Amor Absoluto, tais perigos ou riscos, dizia, são susceptíveis de determinar concretizações comportamentais diversificadas, desde a denegação da frustração e da agressividade, e correlativo recuo e fixação, até à aceitação da perda ou «morte» do tempo arqueológico da ligação natural e correlativa entrada na ordem cultural da partilha. A assimilação desta ordem cultural envolve também o reconhecimento do direito dos outros e, conseqüentemente, a renúncia ao Amor Absoluto originário; envolve ainda o reconhecimento da agressividade recíproca, própria e alheia, a aceitação da transitoriedade e do adiamento ou diferimento da satisfação do Desejo num tempo futuro, indeterminado e incerto.

Na história do desenvolvimento da personalidade situa-se aqui o momento de oscilação crucial em que Narciso e Édipo se tocam, em que se joga dinamicamente a fixação ou o trânsito, ou seja, a passagem da Natureza à Cultura.

O mito de Narciso, nas suas variantes conhecidas, procura elucidar o campo de forças que leva Narciso a recusar o desgarramento, a diferenciação, os perigos do afastamento da Mãe-Natureza, os riscos do reconhecimento do sexo ou da separação do mundo segurizador da infância, por um lado, e da agressividade própria e alheia, por outro. Recusando aceitar as diferenças, temendo assumir e defrontar a agressividade própria e a de outros, Narciso recusou igualmente a partilha e o diferimento temporal da realização do Desejo, com a correlativa projecção num tempo futuro e incerto, recusou, em suma, a separação ou a «morte» do Paraíso anterior e a transitoriedade da Vida.

Deixando-se fixar na imagem ideal do Amor primitivo, Narciso representa o apego à vinculação arcaica à Terra-Mãe, propiciadora de segurança, de alimento e de contacto corpo-a-corpo; representa a nostalgia da Natureza originária, mas

irrecuperável, fugidia, de cuja Ausência apenas resta Eco. A sua morte ou suicídio nas águas *espelhadas* da fonte radica nesse desejo de amor radical, assexuado ou abolidor das diferenças e da transitoriedade. Por isso, simbolicamente, no local onde morreu de amor, na busca ou tentativa de reencontro de um Amor impossível, nasceu apenas uma flor que de Narciso recolheu o mesmo nome. A capacidade criadora de Narciso permaneceu, assim, no plano vegetativo.

3.2. *A estrutura interpessoal edipiana*

A situação edipiana representa, pelo contrário, não apenas a aceitação da ordem do tempo e da transitoriedade, mas também a aceitação da ordem, lei ou contrato regulador, da partilha dos bens do Amor.

Se Narciso recusou aceitar o desgarramento, a diferenciação e os riscos da auto- e da hetero-agressividade, Édipo, por seu turno, recusou deliberadamente fixar-se; por isso, fugiu do lar onde foi criado como filho e reconheceu que, para ser Homem, o desgarramento e a renúncia ao Amor primitivo são indispensáveis, embora também nele, mas agora de forma inconsciente, a imagem do primeiro amor continue a funcionar como *paradigma*.

No sistema de relações interpessoais característico da situação edipiana articulam-se os processos, quase rituais, que conduzem o trânsito ou a passagem da Natureza à Cultura, através, nomeadamente, do reconhecimento do carácter transitório da vida humana desde a infância à velhice e à morte, reconhecimento simbolicamente representado na resolução dos enigmas postos pela Esfinge na caminhada de Édipo para Tebas, principalmente daquele que consiste em identificar qual o animal que começa por marchar a quatro membros, depois apenas a dois e, mais tarde, a três.

Mas se Édipo reconhece a fragilidade e a precaridade do *dever* humano, o seu destino trágico tem, relativamente ao de Narciso, uma contrapartida criadora, que ultrapassa o plano vegetativo. Édipo gerou e criou filhos, herdeiros e continuadores de Cultura, tarefa persistentemente prosseguida de completamente da nossa natureza inacabada e de preenchimento de uma Ausência geradora de Desejo.

A história do desenvolvimento construtivo da personalidade humana é, afinal, pontuada pelas vicissitudes da dialéctica da Ausência e da Presença, num movimento contínuo de Separação, Ligação e Religação.

4. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO, INCERTEZA E ANGÚSTIA

Uma terceira, breve e última incursão situa-se no ulano das relações cognitivas com o mundo, relações pelas quais o Eu procura dar-lhe sentido de apreender o sentido da sua própria vida.

É pela organização das informações recolhidas da experiência que o homem tem vindo progressivamente a reduzir a *incerteza* e a diminuir a angústia perante os fenómenos naturais por intermédio de uma crescente capacidade de previsão e de antecipação. A morte, enquanto fenómeno natural, apresenta-se ainda ao homem como um *limite* à sua capacidade de indagação e de organização cognitiva. Dela apenas sabe que é *certa*, porque tudo o mais que é objecto de indagação ou do nosso insaciável desejo de saber permanece no domínio do *incerto*.

E dado que tudo o que é indeterminado e incerto gera *medo*, é nesta incerteza que a morte ainda comporta que, em grande parte, radicam a angústia, o medo, o sem-sentido e o absurdo da morte.

Para o nosso Desejo de superação do «sexionamento» inicial, desejo de saber e dar sentido, a separação ou o «sexionamento» da morte apresenta-se como a grande ferida ou limitação narcísica. Somos limitados, finitos, incompletos ou inacabados. Mas persistimos na criação de projectos. A perspectiva temporal em que a nossa história interpessoal se constitui não comporta apenas o passado. O futuro também nos determina nas decisões quotidianas. Por isso, não é sem-sentido, nem absurdo, nem muito menos acientífico o projecto de questionar a morte.